



**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Inf VLADIMIR DE SOUSA CAMPOS

**A ASCENSÃO DE DONALD TRUMP AO
PODER E SEUS REFLEXOS PARA OS
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NO
CAMPO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**



Rio de Janeiro

2018



Maj Inf VLADIMIR DE SOUSA **CAMPOS**

**A ASCENSÃO DE DONALD TRUMP AO PODER E SEUS REFLEXOS PARA OS
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NO CAMPO DAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Comando
e Estado-Maior do Exército, como
requisito parcial para obtenção do
título de Especialista em Ciências
Militares.

Orientador: TC Inf Marcelo Monteiro Maltez

**Rio de Janeiro
2018**

VLADIMIR DE SOUSA CAMPOS

**A ASCENSÃO DE DONALD TRUMP AO PODER E SEUS REFLEXOS PARA OS
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NO CAMPO DAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Comando
e Estado-Maior do Exército, como
requisito parcial para obtenção do
título de Especialista em Ciências
Militares.

Aprovado em: ____/____/____

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

TC Inf Marcelo Monteiro Maltez - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

TC Inf Antoine de Souza Cruz – 1º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

TC Inf Gustavo Assad Praga Rodrigues – 2º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

A Deus, por tudo que sou e que conquistei, e a minha família, alicerce de tudo, inspiração para ir além.

AGRADECIMENTOS

A minha esposa Michelly e a minhas filhas Maria Eduarda e Maria Carolina, que com seus sorrisos, afagos e palavras de carinho são o meu incentivo, agradeço imensamente pela oportunidade de fazer parte dessa família e por serem o meu grande motivo para sempre buscar melhorar.

A meus pais, Prof. Néilson e Dra. Margarida, pelos exemplos de honestidade, retidão e dedicação ao trabalho, e pelos incentivos a sempre buscar o melhor, minha eterna gratidão.

A meu orientador, TC Maltez, os meus mais sinceros agradecimentos pela orientação firme e objetiva na realização deste trabalho.

A todos aqueles que, de forma direta ou indireta, colaboraram para que este trabalho fosse concluído.

“Uma vez tendo experimentado voar, caminharás para sempre sobre a Terra de olhos postos no céu, pois é para lá que tencionas voltar”. (Leonardo da Vinci)

RESUMO

Em novembro de 2016, Donald J. Trump sagrou-se vencedor de um dos pleitos eleitorais mais polêmicos da história das eleições presidenciais norte-americanas, entoando um discurso carregado de termos xenófobos, protecionistas e ultranacionalistas. Tal conduta gerou uma apreensão a nível mundial sobre quais seriam as mudanças de postura dos Estados Unidos da América quanto a sua Política Exterior, e como elas efetivamente afetariam as Relações Internacionais. O presente trabalho buscou, a partir de uma análise da Política Exterior norte-americana anterior ao governo Trump e daquela empreendida por este em seus primeiros meses de mandato como Presidente dos Estados Unidos, evidenciar quais foram as mais patentes mudanças nas relações dos norte-americanos com os demais países do Sistema Internacional, bem como se estas demonstram uma ruptura com a política anteriormente praticada ou se revela aspectos de continuidade, até o momento.

Palavras-chave: Relações Internacionais, Estados Unidos da América, Donald Trump, Barack Obama, e George W. Bush.

ABSTRACT

In November 2016, Donald J. Trump has won the winner of one of the most controversial election contests in the history of American presidential elections, beating a speech loaded with xenophobic, protectionist terms and ultra-nationalists. Such conduct has generated a global apprehension about what would be the change of attitude of the United States of America about your foreign policy, and how they effectively would affect international relations. The present study sought, from an analysis of American foreign policy before the Government Trump and that undertaken by this in his first months in Office as President of the United States, highlighting what were the more patents changes in Americans ' relations with other countries in the International System, as well as if these demonstrate a break with the policy previously practised or if reveals aspects of continuity, so far.

KEY WORDS: Internacional Relations, United States of America, Donald Trump, Barack Obama, and George W. Bush.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Donald Trump	22
Figura 2	Hillary Clinton e Donald Trump.....	24
Figura 3	Donald Trump discursa na ONU	26
Figura 4	George W. Bush	27
Figura 5	Barack Obama	31
Figura 6	Cartaz da campanha presidencial de 2008	32
Figura 7	Donald Trump no dia de sua posse.....	38
Figura 8	FT Amv preparada para uma Op Infl Amv.....	41

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	PROBLEMA.....	12
1.2	OBJETIVOS.....	12
1.2.1	Objetivo Geral.....	12
1.2.2	Objetivos Específicos.....	12
1.3	JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	12
1.4	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1	O SISTEMA ELEITORAL NORTE-AMERICANO.....	14
2.2	PRINCÍPIOS E CONCEITOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS....	15
2.3	ASPECTOS DA DIPLOMACIA DOS ESTADOS UNIDOS.....	17
3	METODOLOGIA	20
3.1	TIPO DE PESQUISA.....	20
3.2	UNIVERSO E AMOSTRA.....	20
3.3	COLETA DE DADOS.....	20
3.4	TRATAMENTO DE DADOS.....	21
3.5	LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....	21
4	DONALD TRUMP E SUA ELEIÇÃO PARA PRESIDENTE	22
5	AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DOS EUA ANTES DO GOVERNO TRUMP	27
5.1	A POLÍTICA EXTERNA DE GEORGE W. BUSH	27
5.2	A POLÍTICA EXTERNA DE BARACK H. OBAMA II	31
6	O GOVERNO TRUMP E AS ALTERAÇÕES IMPLEMENTADAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DOS EUA	38
7	CONCLUSÃO	43
8	REFERÊNCIAS	46

1.INTRODUÇÃO

Donald John Trump é um bilionário norte-americano que ascendeu ao cargo considerado o de maior poder político do mundo, sendo, atualmente, o 45º Presidente dos Estados Unidos da América (EUA). Sagrou-se eleito no sufrágio de novembro de 2016 pelo Partido Republicano, após derrotar a candidata democrata Hillary Clinton, em um processo eleitoral competitivo e carregado de polêmicas, o qual foi acompanhado, em tempo real e com muito interesse, por todo o mundo. Sua personalidade peculiar e, principalmente, suas promessas de campanha, avaliadas como protecionistas, xenófobas, misóginas e ultranacionalistas, as quais podem vir a se concretizar em seu mandato, provocaram e ainda provocam reflexos variados para os Estados Unidos e para o Sistema Internacional.

A realização de eleições presidenciais nos Estados Unidos não se configura como um assunto meramente interno, como realmente é na maior parte dos países do mundo. Diversos eventos que ocorrem nesse país ganham vulto extracontinental, dada a importância dessa nação para o mundo. De acordo com Navarro (2011), após 1946, com o fim da Segunda Guerra Mundial, empresas americanas foram impulsionadas com o repasse de tecnologias militares e com a abertura do mercado europeu na reconstrução do continente. A partir daí a maioria dos historiadores não têm dúvidas em afirmar que os Estados Unidos se tornaram a única superpotência do mundo.

Outros autores relatam um longo caminho e um conjunto de fatores que levaram os norte-americanos a adquirirem o *status* de superpotência mundial. Para Freitas (2007), a ascensão da economia americana deveu-se, principalmente, pela intensa acumulação de capitais ocorrida na segunda metade do século XIX. No início do século XX, o país já possuía grandes empresas que detinham os monopólios do petróleo, aço, automóveis e ferrovias. Esse crescimento econômico também foi propiciado por acontecimentos históricos, como a Primeira Guerra mundial e a Segunda Guerra Mundial, uma vez que os Estados Unidos puderam participar da preparação para a guerra e da reconstrução da Europa, fornecendo empréstimos e produtos industriais diversos, resultando em gigantesco crescimento do PIB.

Diante desse quadro, a economia norte-americana percorreu uma trajetória ascendente até atingir o posto de maior economia do mundo, tendo, atualmente, um

PIB aproximadamente 70% maior que o da segunda posição, conforme dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), de 2017. Somando-se exportações e importações, o comércio exterior dos EUA atinge cerca de 3,7 trilhões de dólares, o que, segundo Freitas (2007), representa aproximadamente 16% de todo o comércio mundial. Ainda, de acordo com Sputnik (2017), os EUA são líderes mundiais em gastos militares. Mesmo estando no topo dos investimentos em defesa, gastando mais dinheiro em forças armadas que os próximos 8 países seguintes juntos, ainda há pressões para que o governo aumente seus gastos com o setor.

No mundo atual, marcado pela formação de uma aldeia global caracterizada pela maior integração entre as nações, segundo Sasaki (2017), instâncias multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) servem de palco para a deliberação conjunta de medidas de interesse internacional. E os EUA, na condição de maior potência econômica e militar do planeta, exerce o papel de fiador desse sistema internacional de nações. Sua liderança tem permitido ao país e a muitos de seus aliados extrair diversos benefícios econômicos da globalização, fortalecendo suas empresas com atuação internacional e as instituições financeiras. No campo militar, a postura intervencionista dos EUA tem como propósito manter o equilíbrio das rivalidades regionais, evitando que a hegemonia de alguma nação possa ameaçar a sua própria liderança mundial.

Nesse contexto, torna-se inquestionável a importância dos EUA no âmbito das relações internacionais. A eleição de um presidente dessa nação, certamente, leva diversificados setores da comunidade mundial a especularem sobre seu perfil, suas possíveis decisões e sua política de governo, o que, como se viu, repercute imediatamente sobre os demais países. Conforme Bueno (2016), infelizmente, as coisas ruins que este governo Trump fizer vão afetar o mundo inteiro. Não porque estejamos prestando atenção aos Estados Unidos, mas porque a situação geopolítica do momento indica que, sim, quando se tosse aqui em Washington, o mundo inteiro pega uma gripe, se não uma pneumonia.

Dessa forma, o presente trabalho apresentará o contexto da eleição que levou Donald J. Trump ao cargo de Presidente dos EUA, bem como as principais mudanças por ele implementadas e os reflexos percebidos para os Estados Unidos, com enfoque em suas interações com o Sistema Internacional.

1.1 PROBLEMA

A fim de verificar a reação mundial à eleição de Donald Trump e uma possível mudança de postura dos Estados Unidos em relação ao Sistema Internacional, foi formulado o seguinte problema: de que maneira a eleição de Donald Trump se refletiu nas relações internacionais dos Estados Unidos da América?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Apresentar a eleição norte-americana que levou Donald Trump ao poder e seus principais reflexos sobre a postura dos Estados Unidos diante do Sistema Internacional.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a. Caracterizar Donald Trump e o sufrágio que o elegeu.
- b. Apresentar os principais traços das relações internacionais dos Estados Unidos nos dois mandatos presidenciais que antecederam à eleição de Trump.
- c. Apresentar as principais mudanças de postura nas relações internacionais dos Estados Unidos implementadas pelo governo Trump e os mais relevantes reflexos verificados para o País.

1.3. JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A justificativa da referida pesquisa encontrou amparo na importância que tem os Estados Unidos da América e suas relações com os demais países para o mundo atual.

De acordo com o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do Brasil (IPRI-2017), os EUA são donos da maior economia do mundo, se considerado o Produto Interno Bruto singular de cada país, com cerca de 19 trilhões de dólares em 2017, e contam ainda com um poderio militar tido como hegemônico e incontestável na atualidade, fatos que os conduzem a uma posição de destaque no concerto das nações. Sendo assim, o presidente dessa República exerce papel fundamental na condução política global, e sua atuação, bem como sua personalidade, repercute sobre o desenvolvimento das atividades dos demais países.

Dessa forma, mostrou-se de grande relevância a realização de um estudo mais aprofundado sobre o contexto da assunção do poder por parte desta referida personalidade, assim como sobre as principais mudanças nas relações internacionais dos Estados Unidos implementadas por ela, permitindo uma maior consciência sobre como se deu a reação mundial diante desse evento, incluindo-se a mudança de postura do próprio EUA.

Os fatos supracitados, em consonância com a constante demanda por informações que embasem a elaboração de cenários prospectivos nas relações internacionais, trouxeram uma justificativa coerente para a pesquisa que foi realizada.

1.4. DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A delimitação da pesquisa focou-se em fatos relevantes da vida pessoal e profissional de Donald Trump, no contexto da eleição norte-americana que o levou ao poder e nas principais mudanças implementadas por ele nas relações internacionais norte-americanas em relação aos governos anteriores, bem como nos principais reflexos percebidos para os Estados Unidos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para que a pesquisa tivesse suporte apropriado, adotou-se como referencial teórico os diversos conceitos necessários ao entendimento das eleições presidenciais dos EUA, com enfoque na particularidade das regras que as regem, além de abordarmos conhecimentos relativos às Relações Internacionais e aos principais aspectos da Política Externa norte-americana.

2.1 O SISTEMA ELEITORAL NORTE-AMERICANO

Segundo Moreira (2016), o sistema americano, de voto por meio do colégio eleitoral, foi criado no século XVIII pelos fundadores dos Estados Unidos, que se diziam preocupados com a possibilidade de os cidadãos não terem bom julgamento no momento de eleger seu presidente. Em termos gerais, os principais partidos — Democrata e Republicano — organizam primárias para escolher seus candidatos e, em seguida, fazem uma convenção para confirmar a indicação de quem recebeu mais votos. O país vai às urnas após uma campanha nacional milionária, de três meses e meio de duração. São necessários 270 delegados para ser eleito.

Os eleitores dos Estados Unidos da América escolhem seu presidente a cada quatro anos. Para um melhor entendimento desse sistema eleitoral, podemos compará-lo com o brasileiro. De modo geral, a votação é similar à que ocorre no Brasil: no dia das eleições, os eleitores vão às urnas e votam no candidato de sua escolha, de modo secreto. Há, entretanto, duas diferenças fundamentais. A primeira está na modalidade do voto, que, nos Estados Unidos, é facultativo. Ou seja: no dia das eleições, o cidadão pode ir ou não ir às urnas, sem com isso ter qualquer prejuízo ou precisar apresentar qualquer justificativa. Isso também implica um tipo diferente de campanha, na qual os candidatos precisam convencer os eleitores pouco mobilizados a participarem das eleições. A segunda diferença reside no caráter indireto das eleições americanas. Ao contrário do Brasil - onde a totalidade dos votos dos cidadãos é somada e, disso, concluído o vencedor do pleito – nos Estados Unidos o voto do eleitor não é creditado diretamente ao seu candidato. Os votos dos eleitores de cada Estado (ainda que dados para candidatos específicos) servem para eleger delegados no Colégio Eleitoral (*Electoral College*). São estes que representarão os eleitores de sua unidade federativa na escolha final do futuro presidente (Terra, 2008).

Quanto ao Colégio Eleitoral dos EUA e seus delegados, são os partidos políticos os responsáveis por definir quem vai desempenhar esse papel em cada Estado, por meio da elaboração de uma lista de potenciais delegados. O número de delegados de cada Estado é calculado proporcionalmente à sua população e ao número de deputados que os representam. Depois que os cidadãos votam no seu candidato presidencial, os votos são contabilizados a nível estadual. Cabe ressaltar que em 48 dos 50 Estados dos EUA o sistema de votos dos delegados é o de “o vencedor leva tudo”, ou seja, o candidato que obtiver a maioria dos votos populares em um Estado fica com o voto de todos os delegados atribuídos a esse território. (BBC BRASIL, 2016).

De acordo com Abril (2000), o fato de a vantagem no voto popular dar ao candidato todos os votos no Colégio Eleitoral pode gerar distorções, afinal, ganhar por um voto apenas ou por milhões de votos diretos num determinado Estado dá ao candidato o mesmo número de votos no Colégio Eleitoral. Esse princípio constitucional torna possível que o vencedor – aquele que conquista a maioria no colégio eleitoral – tenha, no final das contas, menor número de votos diretos que o vencido, possibilidade que já se verificou por cinco vezes na história das eleições presidenciais norte-americanas.

Assim, verifica-se um tipo de democracia diferente no processo eleitoral dos EUA, onde nem sempre o candidato eleito representa a vontade da maioria da população do País. Esse é um conceito importante que rodeia a eleição presidencial de novembro de 2016, uma vez que o candidato eleito, Donald Trump, obteve cerca de 2 milhões de votos a menos que sua adversária, a democrata Hillary Clinton. Tal fato pode vir a se tornar uma bandeira de opositores do atual Presidente, assim como alimentar preconceitos e revelar reflexos na postura de diversos importantes países do mundo, questões que são parte do objeto do presente estudo.

2.2 CONCEITOS RELATIVOS AO SISTEMA INTERNACIONAL

O conceito de Sistema Internacional está ligado às tratativas regulares entre os Estados, fomentando as próprias Relações Internacionais propriamente, incluindo-se, ainda, o ambiente constituído pelos Estados, por Organismos Internacionais, Organizações Não-Governamentais e Corporações Transnacionais. Assim, os reflexos da ascensão de Donald Trump no Sistema Internacional abordados nesse

estudo levaram em consideração não somente os que atingiram diretamente Estados Nacionais, elementos centrais das Relações Internacionais, mas também aqueles que repercutiram sobre os demais entes pertencentes ao Sistema.

Para Buttignol (2006), o conceito de Sistema Internacional está intrinsecamente ligado à idéia de Estados soberanos – necessariamente mais de um – estabelecendo entre si relações de cooperação (em oposição às relações de subordinação vigentes no interior das nações), em virtude da inexistência de um órgão hierárquico superior. Dessa forma, vigora um sistema anárquico no qual prevalece a política de poder, ou seja, a capacidade de um Estado impor seus interesses egoísticos e sua visão própria de mundo aos demais. Dito isso, a formação de um império ou de uma democracia universal decretaria o fim desse sistema, uma vez que um único Estado estabeleceria uma única nacionalidade e uma única forma de governo, formando, assim, um sistema mundial de âmbito nacional e não internacional. Ademais, a teoria das relações internacionais toma como ponto de partida a pluralidade dos centros autônomos de decisão, admitindo o risco de guerra e deste risco deduz a necessidade de calcular os meios.

Considerando essa abordagem do Sistema e das Relações Internacionais, doravante apenas RI, e ainda, reforçando as características de anarquia internacional e seu caráter belicoso, podemos citar o pensamento de Raymond Aron (1987), quando diz que o sistema internacional é o “conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar em uma guerra geral”. Sua característica principal é a configuração de relações de força. Ainda segundo Buttignol (2006), entre os objetivos concretos das políticas externas dos Estados que compõem o sistema internacional figuram a segurança, o desenvolvimento e o bem-estar, o prestígio e a afirmação de idéias, demonstrando uma visão da relação entre Estados que se aproxima da Teoria Realista das RI.

Por outro lado, segundo Kant(1944) e seu viés mais liberalista das RI, para que todas as guerras terminem, é necessário que a diplomacia seja pública, sem acordos secretos ou segundas intenções no ato das assinaturas de acordos entre Estados; que os governos sejam republicanos, isto é, que obedeçam ao império da opinião pública, capaz em cada país de criticar as decisões de seus governantes, e que se obedeçam às leis internacionais constituídas por uma federação de povos.

Nos dois apêndices da referida obra, Kant inclusive discute se a moral deve subordinar-se à política, ou se, ao contrário, a política deve subordinar-se à moral - concluindo pela segunda alternativa. Dessa forma, observa-se que, conforme a inspiração teórica das RI adotada, a tendência de tratativas dos Estados oscila entre um caráter mais bélico, competitivo, anárquico, e uma faceta mais ética e moral, onde o concerto das nações seria regido por normas com legitimidade internacional, capazes de promover uma paz duradoura.

É nesse contexto onde as nações optam por relações de âmagos mais realista ou idealista onde os EUA estabelecem, atualmente, suas interações com os demais elementos do Sistema Internacional, estatais ou não estatais, muitas vezes diante da dicotomia da guerra e da paz, baseando suas decisões ora puramente em seus interesses, sem levar em consideração o império da opinião pública internacional citado por Kant e supostas normas supranacionais de conduta, ora as observando.

2.3. ASPECTOS DA DIPLOMACIA DOS ESTADOS UNIDOS

"Os Estados Unidos encontravam extremas dificuldades para definir seus 'interesses nacionais' diante da ausência do poderio soviético", afirmou Condoleezza Rice, em seu artigo originariamente publicado em fevereiro de 2000, plataforma de política externa do futuro governo de George W. Bush (Rice, 2001).

Após o fim da Guerra Fria, com o colapso da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, teve fim também a necessidade de grande emprego de energia e atenção por parte dos EUA sobre a disputa pelo poder militar mundial e pela supremacia do capitalismo perante o socialismo. Assim, o País viu-se diante da demanda por um realinhamento de objetivos políticos no campo das RI. Contudo, cabe ressaltar a diferença entre objetivos do Estado norte-americano, mais sólidos, duradouros e relacionados com os mais altos anseios de seu povo, e os objetivos de governo, os quais mudam conforme a personalidade do chefe do Poder Executivo que exerce seu mandato.

O objetivo oficialmente declarado da política externa dos Estados Unidos, como mencionado na Agenda de Política Externa do Departamento de Estado, é o de "criar um mundo mais seguro, democrático e próspero para o benefício do povo americano e da comunidade internacional". Outros objetivos jurisdicionais que podem ser mencionados são: controles de exportação, incluindo a não-proliferação

de tecnologia e hardware nuclear; medidas para fomentar relações comerciais com as nações estrangeiras e para salvaguardar os negócios americanos no exterior; acordos internacionais das *commodities*; educação internacional; e proteção dos cidadãos americanos no exterior e de expatriados.

Alguns aspectos da diplomacia norte-americana e grandes objetivos foram moldados com o tempo após o colapso soviético, outros, de caráter mais frágil e passageiro, são determinados pelo Presidente conforme sua política de governo, promessas de campanha, e anseios do eleitorado que o elegeu. Conforme aponta Guimarães (2002), o realismo, claro, marca as considerações de natureza militar. Em 2000, como nos anos anteriores, os gastos norte-americanos com a defesa igualavam-se à soma dos dispêndios dos seis países subseqüentes no "ranking" desses gastos. Assim, a manutenção de uma unipolaridade militar mundial é um dos grandes fatores a nortear as ações norte-americanas no âmbito internacional.

Ainda segundo Guimarães (2002), o governo Clinton não desautorizou a linguagem de documentos militares sobre a importância fundamental de impedir a emergência de "pares competidores". A China tem sido, por assim dizer, o par de eleição, seguida da Rússia, mas as potências européias podem mirar-se no mesmo espelho - os atritos virão com o sucessor de Clinton. Da análise desta passagem, fica explicitado um outro importante fator da política exterior dos EUA: evitar o surgimento de grandes potências regionais que possam vir a desequilibrar o jogo de poderes entre as nações, a exemplo do que se podem tornar a China, a Rússia e a própria União Europeia. Nesse contexto, a renovação do tratado de segurança entre os Estados Unidos e o Japão, em 1995, pode ser entendida como um exercício de "equilíbrio de poder" na Ásia, interpretação não conflitante com a que considera o Japão um "protetorado" americano.

A China é um "concorrente estratégico", e a política para a Rússia - insinua-se - deve ser debilitá-la, engajando lideranças regionais e fortalecendo os novos Estados independentes da antiga União Soviética. Os "regimes párias" serão tratados com firmeza e a expressão "obliteração nacional" aparece como ameaça a qualquer tentativa de uso de armas de destruição em massa. Isto é seguir uma "linha internacionalista", mas com "base sólida de interesse nacional" e não "dos interesses de uma comunidade internacional ilusória". (Guimarães, 2002).

Finalmente, o entendimento da existência de duas facetas da diplomacia norte-americana, uma sólida, de Estado e alinhada com os mais altos anseios da nação, e outra que se submete às vontades do governo investido do poder, cresce de importância para esta pesquisa, uma vez que o atual presidente, Donald Trump, pode vir a mudar sensivelmente esta última, passando a implementar seus compromissos eleitorais, base de inúmeras celeumas que, conforme será abordado ao longo da pesquisa, podem fomentar diferentes reações nas RI.

3. METODOLOGIA

3.1. TIPO DE PESQUISA

A pesquisa foi do tipo qualitativa, buscando conhecimentos que reforcem o entendimento do contexto das eleições que levaram Trump ao poder, bem como das mudanças implementadas por ele e os reflexos percebidos nas relações dos Estados Unidos com a comunidade internacional, privilegiando os relatos, a história e a análise de documentos.

Foi realizado um estudo bibliográfico com fontes baseadas em livros, revistas, artigos científicos e coleta de dados na internet, de forma a enriquecer o conteúdo da pesquisa. Tratando-se de um assunto relativamente recente, ainda não consolidado na História dos EUA e das nações do mundo, havendo apenas pouco mais de um ano da assunção da presidência por Donald Trump, essa pesquisa deu ênfase a artigos científicos, a artigos de revistas e periódicos de renome disponíveis na internet, dada a carência de fontes mais robustas sobre o assunto.

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo pesquisado refere-se aos Estados Unidos da América e ao Sistema Internacional como um todo, quando este, de forma conjunta ou representado por grupos diversos de nações de destaque no cenário mundial, demonstrou efeitos da eleição de Donald Trump para Presidente dos EUA, oficialmente ou por meio de ações ou manifestações da opinião pública.

Já a amostra utilizada foi do tipo não probabilística classificada por tipicidade, constituída por grupo de países de destaque no cenário internacional, como organizações de tratados militares de relevo, blocos comerciais, áreas de livre comércio, entre outros, que demonstraram reações a atitudes e decisões de Donald Trump como Presidente do Estados Unidos, dentro de um certo padrão considerado, de forma a obter-se homogeneidade de resultados.

3.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi dada pela pesquisa bibliográfica e documental, aproveitando-se ao máximo da literatura existente, constando ou não de fontes abertas ao público em geral.

3.4 TRATAMENTO DOS DADOS

O tratamento de dados foi realizado por meio da análise de conteúdo. Tratou-se do estudo judicioso de textos e documentos, sendo uma técnica de análise de comunicações, associada tanto aos significados quanto aos significantes da mensagem.

3.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

Todo o método apresenta possibilidades e limitações. A pesquisa e estudo sobre um assunto recente e pouco consolidado na história, ainda carente de publicações confiáveis, serão fatalmente conduzidos para um campo de pouca profundidade e riqueza de detalhes, muitas vezes respaldando-se em opiniões de autores de duvidosa imparcialidade. Assim, essa pesquisa visa ao atingimento de um panorama geral sobre o assunto em questão, ciente de que o método aplicado não permitirá chegar ao preciosismo de afirmações completamente precisas.

4. DONALD TRUMP E SUA ELEIÇÃO PARA PRESIDENTE

Donald John Trump nasceu em Queens, Nova Iorque, Estados Unidos, no dia 14 de junho de 1946. Iniciou sua trajetória como bacharel em economia, graduando-se pela Universidade da Pensilvânia, nos EUA, e, segundo Frazão (2017), logo passou a trabalhar gerenciando os negócios do pai, Frederick Trump, um grande empresário que fez fortuna no ramo da construção civil, erguendo prédios nos bairros do Brooklyn e Queens, em Nova Iorque. Fundou então a *The Trump Organization*, reunindo os empreendimentos da família, e mudou-se para Manhattan, onde começou a ver grandes oportunidades imobiliárias.

Ganhando experiência e demonstrando vocação para a área empresarial, passou a variar seu campo de atuação, gerenciando desde a construção de grandes edifícios de escritórios, como o Trump Tower, seu grande empreendimento, até a administração de cassinos, o que lhe permitiu formar grande fortuna.



Figura 1 – Donald Trump
Fonte: Wikipédia

Contudo, a despeito de já ser um empresário de sucesso, foi no ramo televisivo que sua trajetória ganhou notoriedade em meio ao povo norte-americano. Segundo Carvalho (2017), a fama para além dos negócios chegaria na década de 90 e início do novo século, quando Trump resolveu apostar no “*show business*”. Apresentou, até 2015, o *reality show* da rede NBC “O Aprendiz”, passando a aparecer regularmente no televisor dos americanos e ficando conhecido pela frase com que eliminava os concorrentes, “*you’re fired*”(estás despedido). Juntamente com seu

rosto, sua personalidade forte, quase sempre controversa e polêmica, tornou-se conhecida e comentada, motivando debates em fóruns variados. Conforme cita Frazão (2017), com a sua constante presença na televisão, seu modo extravagante e suas declarações fora do contexto, Trump se tornou uma das pessoas mais polêmicas do país.

Foi nesse contexto que, segundo Bueno (2016), no dia 15 de junho de 2016, o magnata dos cassinos falidos, dos arranjos imobiliários que não permitiam que negros se mudassem para suas propriedades, o homem conhecido pelos escândalos rodeando sua vida pessoal, o mesmo homem que exigiu que o Presidente Obama — o primeiro presidente negro dos Estados Unidos — mostrasse o seu registro de nascimento (da mesma forma que se exigia dos negros no tempo da escravidão), anunciou que iria se candidatar à presidência, com o slogan “Vamos tornar a América grande outra vez”.

Segundo Sherman (2018), um dos fatos mais notáveis das eleições presidenciais de 2016 foi a participação de Donald Trump, uma bem-conhecida celebridade e famoso empresário. Trump realmente surpreendeu a todos ao oferecer seu nome para candidatar-se pelo Partido Republicano, em julho de 2015, uma vez que ele não tinha antecedentes na política e disputaria a vaga, nas convenções do partido, com republicanos de renome. Debates entre os candidatos republicanos mostraram que o homem não se continha e insultava todo mundo. De acordo com Bueno (2017), às vezes, os debates republicanos pareciam mais uma briga de crianças no parquinho do bairro. Ele xingou todos eles, de diferentes maneiras. Numa destas ocasiões, Jeb Bush disse “You are not going to insult your way into the White House!” — “Você não vai abrir seu caminho até a Casa Branca com insultos!”

Contudo, Trump sagrou-se vencedor nas primárias do Partido Republicano e teve início um disputado processo eleitoral contra a candidata Hillary Clinton, a vencedora das prévias do Partido Democrata. Nesse cenário, suas promessas iniciais e o uso do lema “*America first*” (A América primeiro, aqui entendida como os EUA, e não o continente americano) causaram apreensão no Sistema Internacional, uma vez que se previa uma mudança de postura da política externa dos EUA caso Trump saísse vencedor, com um endurecimento das relações internacionais visando a atender primeiramente aos interesses do povo norte-americano.



*Figura 2 – Hillary Clinton e Donald Trump
Fonte: O Globo*

Trump, então, acelerou sua campanha com uma série de promessas polêmicas, as quais afetariam, de variadas maneiras, diversos segmentos da sociedade americana e de imigrantes, bem como as relações com os demais países do mundo. Conforme citou Bueno (2017), a campanha de Trump se assemelhava a um daqueles programas de televisão, reality TV, em que todos os dias alguma coisa nova aparece, uma sempre suplantando a anterior. Segundo Sasaki (2017), O discurso anti-imigratório foi um dos pontos mais polêmicos na campanha presidencial de Trump. O republicano prometeu deportar os 11 milhões de imigrantes ilegais que vivem nos EUA, erguer um muro na fronteira sul do país para impedir a entrada de mexicanos e barrar o ingresso de muçulmanos no país. Em sua visão, os estrangeiros competem com os norte-americanos pelos postos de trabalho nos EUA, e a sua expulsão seria uma forma de combater o desemprego. Já os muçulmanos são considerados por Trump potenciais terroristas que devem ser impedidos de entrar no país.

Ainda, durante a sua campanha para a presidência dos Estados Unidos, Donald Trump foi claro em relação ao seu propósito de desembarcar do Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas (Bursztyn, 2017). Segundo Sasaki (2017), Trump disse também, durante sua campanha, que iria rever os termos do acordo dos EUA com o NAFTA, o acordo comercial entre EUA, México e Canadá, e iria retirar o país do TPP, o Acordo Transpacífico, que inclui 12 nações e somam 40% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Por trás desse discurso, está a alegação de que, ao

facilitar as importações, esses acordos prejudicam setores essenciais da economia – no caso dos EUA, principalmente a indústria. Isso leva muitas empresas a fecharem as portas e a demitir funcionários.

No campo militar, segundo Soares (2017), Trump anunciou que gostaria de restringir as parcerias militares com aliados históricos, como Japão, Coreia do Sul e Arábia Saudita. Além disso, mostrou-se crítico da OTAN, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, aliança militar que os EUA mantêm com as nações da Europa Ocidental, principalmente, a qual chamou de obsoleta, além de reclamar que o governo norte-americano arca com a maior parte dos custos. Ao flertar com o isolacionismo, Trump mandou o recado que queria que os EUA não tomassem uma postura ativa em assuntos que não são de seu interesse imediato.

Conforme Sazaki (2017), contrariando quase todas as projeções, Donald Trump foi eleito presidente dos Estados Unidos (EUA) após a votação realizada em 8 de novembro. Para perplexidade mundial, o republicano, que causou polêmica durante a campanha com um discurso xenófobo, racista e misógino, derrotou a candidata democrata Hillary Clinton, favorita nas pesquisas. A candidatura de Trump mostrou ter um apelo grande entre o eleitorado branco, de classe média, sem ensino superior. Trata-se de um dos estratos da população norte-americana que mais foi afetado economicamente nos últimos anos, com o achatamento da renda e a falta de perspectivas de ascensão social. Nesse sentido, o discurso populista de Trump soou como música para os ouvidos desses eleitores.

Como pôde ser depreendido, Trump propôs uma série de ações que ameaçam uma ruptura com o atual sistema, que os EUA ajudaram a moldar e por meio do qual consolidaram sua hegemonia mundial: a globalização. Conforme o pensamento de Soares (2017), a visão de mundo e de política externa de Donald Trump tem como alicerce o “America First”. Ao sustentar que a América deve vir em primeiro lugar, Trump se apresenta como um expoente de um tipo de nacionalismo que considera as relações internacionais como uma grande competição, um jogo no qual o outro é sempre um inimigo e que ganhos de um país estão sempre atrelados às perdas dos outros.

Nesse mundo globalizado, a idéia de uma governança global deu origem a instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU), com vistas a promover a cooperação internacional para resolver problemas. Esses fundamentos foram

explicitamente rejeitados por Trump, quando, segundo Soares (2017), disse que a ONU é uma perda de tempo e de dinheiro, desprezando o papel da instituição como fórum para discussão e resolução de problemas.



*Figura 3 – Donald Trump discursa na ONU
Fonte: Gazeta do Povo*

Assim, em um quadro controverso e carregado de polêmicas, Donald J. Trump tomou posse, no dia 20 de janeiro de 2017, como o 45º Presidente dos EUA. Ao assumir o cargo, o candidato que, durante sua campanha, culpou os imigrantes e as parcerias comerciais com outros países pelas mazelas econômicas do seu país, tornou-se o presidente que espalhou a dúvida e a apreensão pelo mundo. A possível concretização de suas promessas de campanha, com a aplicação de profundas mudanças na política de governo norte-americana, bem como os reflexos percebidos para os Estados Unidos, sob a ótica das Relações Internacionais, são os principais objetos de estudo do prosseguimento da pesquisa que ora se desenvolve.

5. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DOS EUA ANTES DO GOVERNO TRUMP

Para um melhor entendimento do que permaneceu ou efetivamente foi alterado com a eleição de Donald Trump, em termos da Política Externa dos EUA, faz-se necessária uma comparação com o que vinha sendo realizado até o momento da assunção do poder por parte deste que é o atual Presidente, no momento em que se realiza o presente trabalho. Assim, serão apresentados os principais aspectos da Política para Relações Internacionais dos governos dos dois presidentes dos EUA que antecederam Trump, George W. Bush e Barack Obama, com enfoque neste último, o qual esteve à frente do governo durante os oito anos que antecederam a chegada do atual Presidente.

5.1 A POLÍTICA EXTERNA DE GEORGE W. BUSH

George Walker Bush foi 43º Presidente dos EUA, eleito pelo Partido Republicano, tendo governado o País de 2001 ao início de 2009, quando foi sucedido pelo democrata Barack Obama. Seu governo foi marcado pelo trágico atentado terrorista ao World Trade Center, em 11 de setembro de 2001, fato que ensejou o início da chamada doutrina Bush e da Guerra Global Contra o Terror (GWT), além dos conflitos do Afeganistão (2001/2014) e do Iraque (2003/2011). De acordo com Gedda (2004), George W. Bush foi um presidente que colocara a América Latina fora do radar de Washington e que terminara seu mandato desprestigiado e com altos índices de rejeição no exterior.



Figura 4 – George W. Bush
Fonte: Wikipédia

De fato, principalmente no pós-11 de setembro, a política exterior de Bush foi completamente direcionada para a Eurásia e os inúmeros problemas relacionados com a Guerra ao Terror, relegando as outras partes do globo a um segundo plano. Segundo Guimarães (2002), “à parte um desdém explícito por certos acordos multilaterais e uma fixação no sistema antimísseis”, Bush não se afastou muito dos seus antecessores em política externa, até porque o foco inicial foram as dificuldades econômicas internas que já se manifestavam. É o 11 de setembro que produz alterações dramáticas na conduta da política exterior, porém apenas no sentido de agravar uma tendência.

Vigevani e Oliveira (2001) procedem a um meticuloso levantamento da postura de Bush para a política externa nos meses iniciais de seu governo, que vale ser citado por extenso:

diante dos acontecimentos internacionais patrocinados pelo governo G. W. Bush desde sua posse – tais como o bombardeio do Iraque, a expulsão de diplomatas russos dos Estados Unidos; passando pela rejeição do Tratado de Kyoto e outras medidas antiambientalistas; a busca pelo reforço da posição norte-americana diante da Europa, apesar do discurso da parceria; a elevação da Rússia e da China à condição de competidoras estratégicas; a busca pelo rompimento de acordos estratégicos, como o ABM (Tratado sobre Mísseis Antibalísticos), para a criação do sistema nacional antimísseis; as pressões para a aceleração da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas); a crise com a China; o isolamento na busca do acordo de paz entre Israel e Palestina, entre outros – pode-se afirmar que vem se implementando um novo perfil unilateral, agressivo e ofensivo na condução da política externa americana que tem transformado a forma de os Estados Unidos exercerem sua liderança neste início de século.

Quanto à Organização para o Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Bush mostrou querer dar novo sentido ao pacto, o que não escapou de críticas. Para Joxe (2002), o novo sentido da OTAN seria ambíguo. Não se trataria apenas do velho lugar comum: “manter os Estados Unidos dentro, a União Soviética fora e a Alemanha por baixo”, mas de impedir ou neutralizar planos militares autônomos da

Europa – por meio da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, por exemplo – e ainda fazê-la contribuir mais pesadamente para com os custos da “segurança cooperativa”. No começo de seu mandato, a OTAN viu-se mobilizada para possível invasão do Iraque, que nenhum país europeu – salvo a fiel Inglaterra – julgava necessária ou conveniente. Mas esse era o interesse unilateral de Bush.

Apesar de toda a retórica belicista, no que tange ao emprego de armas nucleares, segundo Jesus (2013), a administração de Bush enfatizou que os EUA e a Rússia não eram mais inimigos e que os EUA não mais planejavam ou dimensionariam sua força nuclear a fim de dissuadir uma ameaça russa. Os EUA manteriam um arsenal nuclear para responder a capacidades de qualquer adversário potencial, focando na forma como lutariam em vez de contra quem lutariam. Bush anunciou que os EUA reduziriam o número de ogivas nucleares operacionalmente desdobradas, mas que não eliminariam muitos vetores enquanto reduzissem sua força e manteriam ogivas não desdobradas armazenadas como uma força responsiva que poderia ser adicionada às forças desdobradas.

Conforme Guimarães (2002), no que concerne à hegemonia mundial, Bush mostrou-se alinhado com a visão de seu antecessor, vislumbrando a importância fundamental de impedir a emergência de “pares competidores”. A China seria, por assim dizer, o par de eleição, seguida da Rússia. Contudo, as potências europeias poderiam mirar-se no mesmo espelho – os atritos viriam. Ainda, relativo ao tema Direitos Humanos, certamente este não foi prioridade de George Bush. O governo americano tentou impedir a aprovação de um protocolo que instituiria a visita de observadores a cárceres de todo o mundo para investigar a prática da tortura – a prisão de Guantánamo, em Cuba, onde são recolhidos reais ou supostos terroristas, poderia ser visitada: não são considerados prisioneiros de guerra, não se conhece seu número exato, nem seus nomes, nem os crimes de que são acusados.

O discurso de Barack Obama, durante sua campanha para Presidente dos EUA, em 2008, numa tentativa de romper com a imagem da era Bush, reforça a postura do então Presidente, de uma política externa voltada claramente para os interesses americanos, despreocupada com a multilateralidade e os interesses internacionais. No discurso “Renewing U.S. Leadership in the Americas” (Renovando a Liderança dos EUA nas Américas), proferido em 28 de maio de 2008, na Fundação Cubano Americana, sua principal carta de apresentação para a América

Latina, Obama buscou capitalizar o importante voto latino ao criticar o desempenho hemisférico de Bush, por ter sido “negligente com nossos amigos, ineficaz com nossos adversários, desinteressado nos desafios que importam para as pessoas e incapaz de promover nossos interesses na região” (OBAMA, 2008).

Mantendo como referência a campanha de Obama, como critério central em sua ação internacional, sua administração buscava diferenciar-se de seu antecessor republicano. Conforme Colombo e Frechero (2012), essa atitude *anti-Bush* relegaria alguns elementos que marcaram o antecessor, tais como o messianismo democrático, o unilateralismo e a ênfase em recursos materiais de poder, passando a conceder prioridade a uma postura mais conciliatória, cooperativa e humanitária, alinhada à noção de *smart power*, expressa em sua disposição de fechar a prisão de Guantánamo, no anúncio de término da Guerra do Iraque ou em sua aproximação com o Mundo Islâmico. Percebe-se assim, uma conotação extremamente negativa das políticas de Bush, das quais buscou-se um distanciamento.

Ainda, de acordo com Pecequillo e Forner (2017), a chegada de Barack Obama ao poder nos Estados Unidos, em 2009, como primeiro presidente negro do país, foi cercada de inúmeras expectativas internas e externas. Tais expectativas relacionavam-se ao desejo de ruptura com o governo anterior de George W. Bush, e a agenda apresentada pelo então candidato democrata à Casa Branca sinalizava que esta ruptura seria possível. A sinalização de apoio ao multilateralismo, o abandono ao unilateralismo e militarismo republicanos, a mudança de postura diante dos aliados (e mesmo dos inimigos), buscando reconstruir a legitimidade e legalidade da liderança norte-americana, e o respeito aos direitos humanos eram alguns dos itens associados a esta potencial nova pauta.

Dessa maneira, analisando trabalhos publicados de diferentes autores, certas características de personalidade e, principalmente, da política externa de George W. Bush, começam a ficar evidentes e unânimes. Inicialmente, o unilateralismo, em grande parte ligado ao militarismo republicano, mostrou-se uma de suas marcas mais patentes. Acordos importantes sobre o meio ambiente, como o Protocolo de Kyoto, foram rejeitados, alegando-se ir de encontro ao interesse das empresas americanas. Políticas para a América Latina, a qual não se enquadrava na “cruzada contra o terror”, foram relegadas a segundo plano, inclusive abstendo-se de dar prosseguimento a discussões importantes para os latinos, como imigração, Cuba e a

destacada prisão de Guantánamo. A guerra contra o terror e o narcotráfico, a busca pela contenção de rivais, como China e Rússia, além de uma subordinação da Europa aos interesses americanos, inclusive por meio da OTAN, tomaram o foco da agenda internacional de Bush.

5.2 A POLÍTICA EXTERNA DE BARACK H. OBAMA II

Barack Hussein Obama II (ou Jr.), conhecido como Barack Obama, foi o 44º Presidente dos Estados Unidos. Eleito pelo Partido Democrata, governou o País de 2009 até o início de 2017, quando foi sucedido pelo republicano Donald Trump. Seu governo foi marcado pelos efeitos da crise econômica de 2008, por escândalos envolvendo espionagem, mas também por uma luta por maior igualdade entre gêneros e raças.



*Figura 5 – Barack Obama
Fonte: Wikipédia*

De acordo com Vianna (2010), em começo de 2009, havia uma expectativa mundial de que a “era Bush” fosse deixada para trás no “governo da esperança” de Barack Obama. Muitas mensagens publicitárias passaram a atrelar a sua imagem, em altivo busto, à palavra “Esperança” – ou ao fim do “governo do medo”. Houve uma notória mudança na retórica oficial do novo governo, visando a estabelecer uma distância formal com o governo anterior: termos como “eixo do mal” (Irã-Síria-Coréia do Norte), “terroristas muçulmanos” (que, na prática, estabelecia uma equivalência entre ser muçulmano e ser terrorista), ou a exploração da díade “bem” e “mal” da caracterizada retórica “muscular” e fundamentalista cristã do governo do texano Bush desapareceram dos pronunciamentos oficiais. Tudo isso foi substituído pela retórica “conciliatória”, sóbria, centrista, moderada e cosmopolita da estratégia de engajamento de Barack Obama.

Quanto ao “governo da esperança”, conforme Erikson (2008), não há dúvidas de que o presidente democrata alimentou tais esperanças com um discurso de forte apelo à mudança, embora vários temas tenham ficado bastante relegados ao conjunto dos conteúdos de sua campanha para a Casa Branca, ou seja, não foram efetivamente colocados em prática pelo democrata.



*Figura 6 – Cartaz da campanha presidencial de 2008
Fonte: Vianna (2010)*

Na América Latina, conforme Pecequillo e Forner (2017), estas expectativas eram igualmente compartilhadas, esperando-se uma era de cooperação política-econômica mais sustentada, investimentos e um maior reconhecimento da autonomia dos Estados locais. A promessa de reconciliação de Obama com parceiros locais, como, por exemplo, a Venezuela, era percebida com desconfiança, mas ao mesmo tempo, otimismo. Estas impressões pareciam validadas quando, em sua primeira participação na Cúpula das Américas como presidente dos Estados Unidos, Barack Obama abriu o encontro proferindo um discurso acerca das relações Estados Unidos-América Latina.

Para Ayerbe (2010), o primeiro mandato do governo Obama conservaria traços de continuidade em relação ao governo Bush, no tocante à América Latina. Ou seja, a América Latina não se apresentava como prioridade para a Doutrina Obama. A prioridade era direcionada à Eurásia e ao encerramento da GWT e dos conflitos do Afeganistão e do Iraque. Como no caso republicano, a agenda continental democrata envolvia o incentivo à democracia e liberalização econômica, porém com um baixo contingente de recursos.

De acordo com Vianna (2010), no primeiro ano de governo de Obama, pode-se observar que as grandes metas de sua política externa foram: pacificar o Oriente Médio (i.e., conseguir uma solução de estado dual para israelenses e palestinos, assim como estabilizar a legitimidade do governo do Iraque); firmar o princípio da inviolabilidade da soberania dos estados como forma de se distanciar da estratégia preventiva de Bush; buscar a não proliferação de armas nucleares; melhorar o equilíbrio regional na Ásia Central com o engajamento da União Europeia, da China, da Rússia, da Índia e do Paquistão na missão militar do Afeganistão; engajar China e Rússia em acordos bilaterais de caráter econômico e militar; firmar parcerias estratégicas na África e conter a “diplomacia energética” da China em tal continente; conter a ameaça de “grupos extremistas violentos” e de redes transnacionais de tráfico de drogas; reformar as leis e instituições que regulam e mediam a situação de imigrantes (legais e ilegais) e asilados. Uma agenda ambiental também foi esboçada, porém, foi sendo postergada até dezembro, sem resultados significativos.

Entretanto, segundo Colombo e Frechero (2012), essas intenções transformadoras coexistiram com a manutenção de elementos-chave da projeção global de poder dos Estados Unidos, como a continuidade da luta com a Al Qaeda, juntamente com sua expansão a novos cenários e sob novas formas – no marco da menor presença no Iraque e no Afeganistão –; a vigência do recurso à intervenção militar, agora com características humanitárias – Haiti e Líbia –; o aumento constante de bases no exterior; o maior orçamento de Defesa; e o reforço de alianças de segurança na grande região da Ásia-Pacífico.

Ainda com relação à América Latina, Obama demonstrou inicialmente a intenção de realizar transações estratégicas com os parceiros de sul. Segundo seu pronunciamento, ocorrido em Trindade e Tobago, o presidente democrata sinalizou a intenção de construir uma parceria hemisférica “entre iguais”, na qual “(...) não há parceiros sênior e júnior (...) há apenas engajamento alicerçado em respeito mútuo, interesses comuns e valores compartilhados” (OBAMA, 2009). Desta forma, as relações hemisféricas saíram de uma fase de negligência relativa, como a experimentada no governo de George W. Bush, para iniciar um novo tempo de parcerias.

Contudo, de acordo com Pecequillo e Forner (2017), um exame breve das iniciativas da gestão democrata para a América Latina, em 2016, quando se

encerrou a administração Obama, apontou um legado misto nas relações hemisféricas. Tal legado pode ser explicado pelas limitações provocadas pela permanência do foco norte-americano nos teatros de conflito euroasiáticos herdados da GWT. Esses últimos fizeram com que as relações com a América Latina fossem postas em segundo plano, pois a região não era uma prioridade no combate ao terrorismo. Ainda, houve repercussões regionais deste combate, como a continuidade dos investimentos na guerra contra as drogas na Colômbia e no México, e a identificação da Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai como zona de risco. Desde 2008, o governo W. Bush investiu pesadamente no Comando Militar do Sul (USSOUTHCOM), incluindo a reativação da Quarta Frota do Atlântico Sul. Todas as iniciativas tiveram continuidade com Obama.

Para Colombo e Frechero (2012), o governo democrata não cumpriu as plausíveis promessas de mudança feitas na campanha eleitoral, demonstrando assim, continuidades de algumas das ações, decisões e características de sua política externa para a América Latina, em relação ao período de George W. Bush, formando uma certa decepção regional em relação à política hemisférica da administração Obama. Em suma, isso corresponde ao tradicional viés pragmático de política externa e à manutenção do velho esquema da presunção hegemônica. Em sentido oposto caminhou a retórica mais conciliatória e de aspecto colaborativo de Obama, colocando em evidência as contradições entre objetivos, valores e instrumentos da política de Washington para a região.

Em relação a temas importantes da agenda internacional para o continente americano, como imigração e as relações diplomáticas com Cuba, de acordo com Pecequillo e Forner (2017), entre 2014 e 2015, as iniciativas de Obama ganharam mais densidade com duas importantes ações: a reforma da lei da imigração e a retomada das relações diplomáticas com Cuba. Embora o primeiro tema, a reforma da lei de imigração, apareça como quase exclusivamente doméstico, o mesmo não o é, uma vez que a legalização de imigrantes e o controle de fronteiras têm implicações nas relações diplomáticas com o México e outras nações. Subjacente a este problema transnacional, encontra-se a dinâmica do tráfico de pessoas, da segurança interna e do combate às drogas. Além disso, faz ponto de contato direto com a comunidade hispânica e seus grupos de interesse.

Cuba, o segundo tema, detém dimensões internas, e é simbólica da Guerra Fria (1947/1989) e das práticas intervencionistas dos Estados Unidos na região. Ao retomar estas relações, incluindo as visitas bilaterais e a reabertura de Embaixadas, Obama consolidou o processo, ainda que não tenha conseguido derrubar, até dezembro de 2016, alguns dos principais pilares da agenda da Guerra Fria, especificamente o embargo econômico.

Conforme o relatório publicado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) “La irrupción de China y su impacto sobre la estructura productiva y comercial en America Latina y el Caribe” (2017), do ponto de vista econômico, houve perda da competitividade norte-americana frente à ascensão chinesa. Segundo o documento, em 2011 a China se tornou a maior exportadora e importadora do globo. Essas alterações provocaram efeitos diretos sobre a América Latina que, além de importante fornecedora de matérias primas chinesas, também se converteu em um mercado para os produtos da potência asiática, desafiando a primazia dos produtos estadunidenses.

Conforme Pecequillo e Forner (2017), as iniciativas de Obama na segunda fase de seu governo para o hemisfério foram capazes de recuperar parcialmente o espaço perdido para a China, beneficiando-se do recuo brasileiro e dos governos de agenda autonomista. Em síntese, o balanço de Obama divide-se entre a estagnação e poucos avanços, sendo que estes últimos visam à retomada da projeção norte-americana em seu hemisfério.

Na cada vez mais acirradas disputas por balanças comerciais favoráveis, Obama demonstrou traços de protecionismo e ativismo em prol dos interesses americanos. Segundo Lima e Mendonça (2013), no plano externo, o democrata sustentou que algumas práticas de outros países criavam vantagens injustas a eles e em detrimento dos Estados Unidos. A principal crítica seria ao mercado de trabalho nos países parceiros que pagam salários considerados muito baixos e que não fornecem ou não possibilitam condições de dignidade para os trabalhadores. Isso baixaria os custos de mão-de-obra nesses países, resultando em desemprego nos Estados Unidos.

O combate a essas práticas foi proposto em duas frentes: na externa, promovendo acordos que modifiquem as regras trabalhistas e, na doméstica, modificando leis para que empresas que pratiquem *outsourcing* tenham colaterais

em termos de impostos. Paralelamente, empresas que privilegiassem empregos nos Estados Unidos deveriam contar com incentivos fiscais. Não faltaram, então, ações de proteção e subsídios para garantir vantagens e os interesses comerciais dos EUA, da maneira que também agira seu antecessor. O posicionamento de Obama sobre o NAFTA ao longo da campanha também foi ilustrativo da posição da liderança democrata. Enquanto o republicano McCain se apresentava como um defensor do acordo, Obama o criticou veementemente, basicamente pelos motivos aludidos acima, e prometeu reformar o acordo. Obviamente, em termos de NAFTA, o alvo de Obama estava no México, onde a mão-de-obra bastante disponível e muitas vezes mais barata, além da proximidade, tornava-se grande fator de atração de empresas norte-americanas.

Mesmo temas importantes das diversas agendas internacionais, como o meio ambiente, foram tratados com o pano de fundo dos interesses comerciais das empresas americanas. De acordo com Mendonça (2013), para Obama, outra condição que tornava a competição internacional injusta contra os Estados Unidos seriam as regras de proteção ao meio ambiente. Estas seriam menos rígidas em outros países, permitindo que empresas operem com menores custos no exterior e exportem aos Estados Unidos. Em suma, combater o chamado *unfair trade* era visto como uma necessidade econômica e política. Assim como Bush demonstrara, o foco não estava em pressionar outros países a adotarem uma legislação ambiental mais rígida visando ao desenvolvimento e conservação do meio ambiente, e sim no impacto comercial que as leis mais flexíveis de outros países concorrentes causavam nos EUA.

Outro aspecto que demonstra continuidade de política externa de Obama em relação a Bush é o uso da dissuasão nuclear. Segundo Jesus (2013), o presidente Barack Obama deu destaque, em seu discurso em Praga em abril de 2009, a sua estratégia para o avanço na direção de um mundo livre de armas nucleares. Ele destacou que colocaria um fim no pensamento da época da Guerra Fria ao reduzir o papel das armas nucleares na estratégia norte-americana de segurança nacional e renovar as negociações com a Rússia para mais reduções verificáveis nas reservas dos dois Estados. Tendo tornado claro que os EUA não se desarmariam unilateralmente, ele destacou que os EUA manteriam uma capacidade nuclear

dissuasiva forte, segura e confiável enquanto outros Estados mantivessem suas armas nucleares.

Por fim, a despeito de toda a mudança na retórica oficial do governo, ornamentada por diplomacia e discursos de parceria e multilateralidade, em suma, pode-se inferir que a política externa do democrata Barack Obama em muito pouco se distanciou daquela exercida no comando do ofensivo republicano George W. Bush. Embora as intenções e algumas poucas iniciativas possam ser consideradas relevantes, em termos pragmáticos, os resultados obtidos não demonstram um claro desalinhamento com o antecessor: os EUA continuaram patinando no atoleiro da Eurásia, envolvidos em desgastantes guerras sem fim e defendendo seus interesses comerciais onde e como puderam, com o mesmo viés de unilateralidade, muitas vezes respaldados pelas sombras do braço militar.

6. O GOVERNO TRUMP E AS ALTERAÇÕES IMPLEMENTADAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DOS EUA

A posse de Donald Trump na Casa Branca, em Janeiro de 2017, trouxe um ponto de inflexão ao conjunto da política interna e externa norte-americana. Tal inflexão reflete a trajetória da campanha eleitoral e da pauta apresentada por Trump, e sua adversária Hillary Clinton, do Partido Democrata, e que sinaliza a possibilidade de mudanças nas ações da hegemonia (Pecequillo e Forner, 2017). De fato, ao menos em termos de discurso, Donald Trump mostrou-se, ao longo de sua campanha, bastante diferente em relação ao antecessor, Barack Obama. Conforme Soares (2017), Donald Trump desafia a ordem globalizada com um discurso contra o livre comércio, a cooperação entre as nações e os imigrantes.



*Figura 7 – Donald Trump, no dia de sua posse
Fonte: Wikipedia*

Segundo Bassets (2016), a chegada de Trump à Casa Branca é uma ruptura com as melhores tradições democráticas dos EUA, como o respeito às minorias, e com a tranquila alternância entre governantes com visões discrepantes do país, mas não nos valores essenciais que o sustentam desde sua fundação. Trump, que prometeu construir um muro na fronteira com o México e proibir a entrada de muçulmanos nos EUA, demonstrou que um homem praticamente sozinho, contra tudo e contra todos, é capaz de chegar à sala de comando do poder mundial. A partir de 20 de janeiro, terá ao alcance da mão a valise com os códigos nucleares e controlará as mais letais forças armadas do planeta, além de possuir um púlpito único para se dirigir ao seu país e ao resto do mundo. Da Casa Branca poderá se lançar, se cumprir suas promessas, a batalhas com países vizinhos como o México, a quem quer obrigar a pagar o muro. O México, vizinho e até agora amigo dos EUA, será o primeiro ponto na agenda do presidente Trump.

Corroborando com esse pensamento, segundo Charleaux (2016), os motivos para a chegada de Trump ao poder foram a desglobalização, o nativismo e a demografia americana. Fazendo uma predição de seu mandato, supõe que as mudanças devem começar pela economia, defesa, migração, meio ambiente e relações com Moscou, temas bastante explorados por ocasião da corrida presidencial de 2016.

Assim, a grande questão reside em saber o que ficará no plano de promessas de campanha não cumpridas e o que efetivamente será colocado em prática, levando em consideração as vastas promessas de campanha de Trump que, se concretizadas durante seu mandato, terão grande impacto para as relações internacionais dos EUA. Dessa maneira, considerando-se que o mandato de Trump ainda está em vigor no momento da realização do presente trabalho, ainda em vias de atingir seu segundo ano completo de governo, será realizada uma abordagem sobre o que, até agora, foi de fato implementado por Trump do rol de suas polêmicas promessas de campanha e que se traduziram em relevantes reflexos para as relações internacionais norte-americanas.

Donald Trump sempre se mostrou um crítico do livre-comércio. Para ele, os blocos econômicos e determinados acordos comerciais colocavam em risco os empregos e a produção local dos EUA. No campo comercial, de acordo com Pecequillo e Forner (2017), o tema do “Compre Americano, Empregue Americanos” (*Buy American, Hire American*) ganhou destaque, contestando relações comerciais como o TPP, o TTIP, Acordo de Livre Comércio Estados Unidos, Canadá, México (NAFTA) e o intercâmbio bilateral com a China. Tais relações foram definidas como desiguais e prejudiciais aos norte-americanos, por promoverem a abertura norte-americana e pela ausência de reciprocidade. China e México, no caso, foram definidos como os principais “inimigos” da economia do país, por “roubarem” empresas e empregos norte-americanos.

Quanto aos empecilhos comerciais, conforme Soares (2017), uma das primeiras atitudes de Trump foi a assinatura de um decreto que retirou os Estados Unidos do Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica (TPP, na sigla em inglês). Com uma única canetada, Trump praticamente inviabilizou o acordo que poderia ter configurado a maior área do mundo em termos de livre-comércio, desferindo o maior golpe contra este até agora.

Em relação ao NAFTA, Trump chamou o acordo de verdadeiro desastre. Para ele, ainda segundo Soares (2017), o NAFTA permite que empresas americanas se instalem no México para aproveitar os menores custos de produção, gerando perda de empregos das indústrias norte-americanas para mexicanos, que agora Trump promete recuperar. Uma revisão sobre a participação dos EUA no bloco já está em estudo pelo governo. De fato, em final de agosto de 2018, segundo The White House (2018), o presidente Trump obteve uma grande vitória no comércio, suplantando o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e substituindo-o por algo muito mais benéfico. O novo acordo ajudará os trabalhadores e fabricantes americanos. É também uma vitória para o México. Ainda, Trump disse que mudará o nome do Nafta, porque tem "conotações negativas", e que se chamará Acordo de Comércio dos EUA e México.

Contudo, apesar do discurso mais agressivo e das medidas que demonstram certa relevância e ineditismo, as ações de Trump no plano exterior para o comércio revelam considerável alinhamento com o que já vinha sendo realizado pelos seus antecessores. Tanto Obama quanto George Bush entregaram notável empenho na formulação de acordos mais vantajosos para os EUA e que preservassem os empregos da indústria local. Vale destacar, também, que segundo Pecequillo (2017), meses depois de realizar pesados ataques à China como inimiga econômica do país, Trump recebeu o presidente chinês Xi Jinping em um *resort* de Mar a Lago, na Flórida, no qual os líderes firmaram acordos bilaterais comerciais e conversações sobre os avanços nos testes nucleares coreanos, reforçando a ideia de que as mudanças na política do republicano não foram, de todo, tão substanciais.

No quesito defesa, conforme The White House (2017), reconstruir a dissuasão dos EUA para preservar a paz através da força deve ser a principal prioridade de nossa nação. A era de paz sem precedentes que se seguiu à Segunda Guerra Mundial revelou que o mundo livre é mais seguro quando a América é mais forte. O lento esgotamento de nossos militares nos últimos anos resultou em uma escalada de ameaças em todo mundo, que o presidente Trump está empenhado em reverter. Entre tais ameaças, igualmente se incluem os terroristas e os fundamentalistas islâmicos, e quaisquer nações ou grupo que se interponha aos norte-americanos. Trump levou seu discurso a termos práticos ao, segundo Veja (2018), anunciar um aumento de orçamento para o Departamento de Defesa em

2019 de cerca de 16 bilhões de dólares, demonstrando a importância do setor para seu governo.

Quanto à OTAN, esta era considerada obsoleta por Trump, além de achar que os EUA arcavam com grande parte dos custos, passando a levantar a bandeira da maior cooperação financeira por parte dos demais integrantes. Após uma reunião com representantes dos demais países para tentar atingir esse último objetivo, Trump se pronunciou :

Tivemos um período de dois dias muito surpreendente em Bruxelas. E nós realmente conseguimos muito, com respeito à OTAN. Durante anos, os presidentes vieram a essas reuniões e falaram sobre as despesas - a tremenda despesa para os Estados Unidos. E um tremendo progresso foi feito; todos concordaram em aumentar substancialmente o seu compromisso. Eles vão subir em níveis que nunca pensaram antes (The White House, 2018).

Como verificado, as medidas de Trump foram aparentemente de relevo na política exterior dos EUA, porém vale ressaltar que, segundo Veja (2018), embora Trump tenha dito que o projeto de lei que aumentou o orçamento da defesa é “o investimento mais significativo em nossas forças militares e combatentes na história moderna”, os três primeiros orçamentos de defesa do governo do ex-presidente Barack Obama foram maiores, quando ajustados pela inflação, demonstrando mais retórica do que efetividade.

No que concerne à política para a América Latina e à imigração, segundo Pecequillo e Forner (2017), o México foi apresentado como o problema mais latente dos Estados Unidos no que se refere à segurança das fronteiras, devido à imigração ilegal, ao crime organizado e ao tráfico de drogas. Desde a campanha, a promessa de construção do muro entre os dois países, que seria financiado pelo México, como forma de proteger os interesses nacionais dos Estados Unidos, tornou-se simbólica da candidatura Trump e da “força” contra os inimigos do país.

Conforme objetivo oficial de governo divulgado por The White House (2017), os Estados Unidos devem adotar um sistema de imigração que atenda ao interesse nacional. Para restaurar o estado de direito e garantir a nossa fronteira, o Presidente Trump está empenhado em construir um muro de fronteira e garantir a rápida remoção de operadores ilegais. Para proteger os trabalhadores americanos, o

presidente apoia a eliminação da migração em cadeia, a eliminação da Loteria de Vistos e a mudança do país para um sistema de entrada baseado em mérito. Essas reformas promoverão a segurança e a prosperidade de todos os americanos, ao mesmo tempo que ajudam novos cidadãos a assimilar e florescer.

Avaliando os resultados práticos das atitudes de Trump, muitas vezes pode-se inferir que elas são muita repercussão e pouca efetividade. Em junho de 2017, de acordo com Pecequillo e Forner (2017), o presidente anunciou unilateralmente a revisão do acordo estabelecido com Cuba, bem como um reforço ao embargo comercial sobre a ilha. No entanto, como em outros campos, o efeito da declaração se restringiu essencialmente à retórica, na medida em que pilares centrais da normalização das relações se conservam, como a manutenção de embaixadas e a questão migratória. O conjunto do hemisfério e demais países específicos como o Brasil, mantêm-se inseridos na visão da “América Primeiro”, mas sem que existam medidas específicas. Como resultado das ações de Trump, o presidente do México cancelou a visita de Estado prevista, e diversos protestos nos Estados Unidos e no mundo foram realizados.

Ainda, com relação ao muro previsto para ser construído na fronteira com o México, sendo pago pelos mexicanos, até o presente momento não passa de discurso e problemas internos dos EUA. Conforme Faus (2018), Donald Trump retomou sua tática favorita, que no entanto quase nunca deu certo para ele: chantagear a oposição democrata para obter a aprovação de políticas de pulso firme contra a imigração. O presidente norte-americano disse que estaria disposto a forçar uma paralisação orçamentária do Governo Federal, a partir de 1º de outubro de 2018, se os democratas não aprovarem a construção de um muro na fronteira com o México e outras medidas de restrição à imigração legal e irregular.

Donald Trump, em seus discursos, ainda insiste veementemente na ideia da construção do muro, agora admitindo a possibilidade de não o construí-lo em toda a faixa de fronteira. Tal insistência também se relaciona com a propaganda de si que esse almeja divulgar no sentido de um presidente construtor, empreendedor e que cumpre suas promessas. Pode-se considerar, analisando sua personalidade e a atual fase de seu mandato, que Trump ainda tem tempo e meios suficientes para implementar grande parte dos seus compromissos de campanha.

7. CONCLUSÃO

Donald Trump chegou ao poder alicerçado por um discurso abrasador que mexeu com as emoções de uma grande parcela da população norte-americana, que há muito tempo vinha sofrendo com as consequências da globalização para os EUA. Sua plataforma de campanha centrou-se no slogan “America first”, sinalizando para seu eleitorado que seria capaz de colocar os interesses do País em primeiro lugar e recuperar, em especial, a grande quantidade de empregos perdida com a migração de empresas norte-americanas para países menos desenvolvidos, os quais ofereciam discrepantes vantagens nos custos de produção, em muito devido à mão de obra mais barata e menos regulamentada, a regras ambientais mais flexíveis e a uma maior proximidade de fontes de matéria-prima barata.

Em síntese, da comparação da política para relações exteriores do governo Trump, até o presente momento, com aquelas empreendidas pelos seus antecessores, pode-se inferir uma tendência de continuidade, mais relacionada com Objetivos de Estado dos EUA do que com Objetivos de Governo. Embora, enfaticamente no discurso, Donald Trump tenha buscado se distanciar do estilo de governo Barack Obama, mais diplomático, menos agressivo, em termos práticos, o que prepondera, de maneira geral, é a mesma forma de agir que os norte-americanos têm demonstrado ao longo dos últimos governos.

Em relação aos assuntos mais importantes que afetam os mais destacados e variados grupos de nações pelo mundo, Donald Trump, em sua política externa vista sob um olhar mais holístico, tem evidenciado o mesmo “America first” colocado em prática pelos governos anteriores, tanto por Barack Obama quanto por George W. Bush, embora os discursos utilizados como pano de fundo tenham apresentado sensíveis distorções.

Como cerne de toda a questão de RI para os EUA, encontra-se o unilateralismo na busca pela concretização de seus objetivos como característica mais patente, mesmo que, por vezes, disfarçado por retórica multilateral. Donald Trump deixou claro, em todas as oportunidades, que os interesses norte-americanos preponderariam diante de qualquer negociação, seja de maneira bilateral, diante de outro país, ou mesmo em relação aos diversos acordos e pactos com grupos de nações que já existiam ou estavam em vias de se concretizar. Contudo, essa postura foi a mesma adotada pelos seus antecessores, que de maneira mais ou

menos aberta, com um discurso mais duro, como o de George W. Bush, ou mais palatável, como o do democrata Barack Obama, sempre evidenciaram que tinham o enorme poder dos EUA lançado na mesa de negociações e fariam o necessário para atingir seus fins.

Quanto à política para o comércio internacional, nota-se que os objetivos sempre foram o de evitar a ascensão de concorrentes estratégicos e proteger as empresas locais, garantindo as melhores condições de concorrência internacional, mesmo que para isso fosse necessário interferir no processo em nome de suas companhias, assegurando subsídios, adotando medidas protecionistas, enfim, garantindo que estas tivessem as melhores condições de enfrentar as adversárias e manter pujante e ascendente a economia dos EUA. China e Rússia continuaram no governo Trump a serem alvos preferenciais, uma vez que aliam crescimento econômico com aumento do poderio militar, elevando o risco do surgimento de novas potências.

No campo militar, braço armado e indiscutível que mantém os EUA no topo da cadeia de poder mundial, mesmo sendo o discurso de Trump o de aumentar cada vez mais os orçamentos da defesa (ou, no caso norte-americano, também o do ataque), como foi visto, essa área sempre teve atenção especial por parte do presidente, chegando a ter no governo Obama, guardadas as devidas correções financeiras, recursos maiores que aqueles que se apresentaram após o aumento implementado por Trump, o qual afirmou que a área nunca havia sido tão valorizada quanto em seu governo. Ainda, embora o atual presidente tenha dito que tenha conseguido relevantes avanços na participação financeira dos demais países que compõem a OTAN, alegando que os EUA levavam a aliança militar “nas costas”, essa sempre foi uma bandeira presidencial norte-americana, reforçando a ideia de continuísmo.

Em termos de imigração, assunto que em muito afeta as relações com países da América Latina, com destaque para Cuba, embora Trump tenha sinalizado um recrudescimento das relações com os imigrantes ilegais, existentes e potenciais, até mesmo gastando considerável energia para aprovação da construção do polêmico muro com o México, o qual pagaria a conta, não se pode notar uma guinada norte-americana, uma vez que o País, em sua história recente, sempre foi um dos mais fechados do mundo em termos de imigração e, embora governos anteriores, como o

de Barack Obama, possam ter tratado o assunto sob uma perspectiva de avanços, em termos práticos, a questão migratória norte-americana não apresenta grandes mudanças há décadas.

Em relação ao atoleiro norte-americano na Eurásia, complexo problema que envolve desde o terrorismo “islâmico” até o equilíbrio de poder na região, passando pelas delicadas questões da Síria e do Iraque, da intervenção russa e da ascensão do Irã, Trump continua direcionando o mesmo olhar pragmático, porém demonstrando querer se afastar dos problemas que não afetam direta e imediatamente os EUA, enfim, muito mais preocupado com os problemas internos do que com a solução daqueles criados por ação ou omissão de seus antecessores.

Por fim, Donald Trump, a despeito de uma base de campanha que sinalizava mudanças radicais, até o momento, demonstra que sua eleição em muito pouco alterou a política exterior norte-americana, a qual vem conservando sua essência característica, o unilateralismo alinhado com a hegemonia mundial, e que, de um enfoque macro, houve poucos reflexos percebidos para os EUA, até o momento. Porém, cabe ressaltar que este mandato presidencial se encontra em andamento e apenas em seus momentos iniciais, e que, como fora evidenciado, além da vontade de cumprir suas promessas e passar a imagem de construtor e empreendedor, Trump tem disponíveis na prateleira os mais relevantes recursos de poder existentes. Em se tratando de EUA e de seu excêntrico chefe, tudo pode mudar com singular rapidez.

8. REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Informação e documentação – numeração progressiva das seções de um documento escrito – apresentação** (ABNT NBR 6024:2003). Rio de Janeiro: ABNT, 2003. 3 p.

_____. **Informação e documentação – citações em documentos – apresentação** (ABNT NBR 10520:2002). Rio de Janeiro: ABNT, 2002b. 7 p

_____. **Informação e documentação – referências – elaboração** (ABNT NBR 6023:2002). Rio de Janeiro: ABNT, 2002a. 24 p.

_____. **Informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação** (ABNT NBR 14724:2011). Rio de Janeiro: ABNT, 2011. 11 p.

ABRIL. Super Interessante. **Quais são as diferenças entre os processos eleitorais brasileiro e americano?**2016. Disponível em: <http://www.google.com.br/amp/s/super.abril.com.br/historia/quais-sao-as-diferencas-entre-os-processos-eleitorais-brasileiro-e-americano/amp/>>. Acesso em: 5 de fevereiro de 2018.

ARON, R.. **Paz e guerra entre as nações**. 2ª ed. Brasília: UNB, 1986.

AYERBE, Luís Fernando. **Ejes estratégicos de la política exterior para América Latina y el Caribe en los gobiernos de George W. Bush y Barack Obama**. *Clío América*. Vol. 4, n.7, p. 9-35, jan-jun. 2010

BBC BRASIL. **O impacto da vitória de Trump para a relação dos EUA com a América Latina**. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37921198>>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2018.

BBC BRASIL. **Por que nos EUA o voto é indireto e como funciona o Colégio Eleitoral?**Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37902090>>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2018

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **C 20-1: glossário de termos e expressões para uso no exército**. 3. ed. Brasília, DF. 2003.

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2012. 276p.

_____. Ministério da Defesa. Estado-Maior de Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. 4. ed. Brasília, DF. 2007^a

_____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. 1. ed. Brasília, DF. 2012.

BASSETS, Marc. **Donald Trump vence as eleições dos Estados Unidos**. El País. 2016 Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/09/internacional/1478660050_114058.html> acesso em 20 de agosto de 2018.

BUENO, Eva Paulino. **Uma eleição para nossos tempos: tweeter, escândalos, traição, ameaças, reality TV.** Revista Espaço Acadêmico. Dezembro 2006, mensal

BUTTIGNOL, Thomaz Eduardo. **Conceito de sistema internacional.** 2006.

CEPAL. **La irrupción de China y su impacto sobre la estructura productiva y comercial en América Latina y el Caribe.** Feb, 2017. Disponível em: <<http://www.cepal.org/es/publicaciones/41021-la-irrupcion-china-su-impacto-la-estructura-productiva-comercial-america-latina>> Acesso em: 18 Ago 2018.

CHARLEAUX, João Paulo. **3 motivos que levaram à vitória de Trump. E 5 consequências imediatas.** Nexo. 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br./expresso/2016/11/09/3-motivos-que-levaram-a-vitoria-de-Trump.-E-5-consequencias-imediatas>> Acesso em 21 de agosto de 2018

COLOMBO, Sandra e FRECHERO, J. Ignacio. **Yes We Can? A Política Externa de Obama para a América Latina: da decepção à autonomização da região.** Contexto Internacional., vol. 34, no 1, jan/jun 2012, p. 189-222. Rio de Janeiro, 2012.

DEPARTAMENTO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - ECEME. **Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME.** – Rio de Janeiro, 2012. 36p.

ÉPOCA. **Tudo sobre Donald Trump.** Disponível em: < <http://epoca.globo.com/tudo-sobre/noticia/2016/11/donald-trump.html>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2018.

ERIKSON, Daniel. **Obama&Latin America: magic or realism?**World Policy Journal, Winter 2008.

ESTUDO PRÁTICO. **Biografia: conheça mais sobre Donald Trump.** Disponível em: < <https://www.estudopratico.com.br/biografia-conheca-mais-sobre-donald-trump>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2018.

EXAME. **O que economistas e bancos acham de Trump na economia.** Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/economia/o-que-economistase-bancos-acham-de-trump-na-economia/>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2018.

FAUS, Joan. **Trump ameaça paralisar o Governo se democratas não financiarem muro com o México.** EL PAÍS Internacional. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/29/internacional/1532877829_629477.html. Acesso em 18 de agosto de 2018.

FRAZÃO, Dilva. **Biografia de Donald Trump.** EBiografia. Disponível em: <https://ebiografia.com/donald_trump>. Acesso em: 1 de fevereiro de 2018

FREITAS, Eduardo. **EUA: Maior Potência.** Disponível em: <<https://m.mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/euamaior-potencia.htm>. Acesso em : 19 de maio de 2018.

GIMARÃES, César. **A política externa dos Estados Unidos: da primazia ao extremismo.** Estud. av. vol.16 no.46 São Paulo Sept./Dec. 2002

GEDDA, G. **Latin America: Back on the radar screen?** Foreign Service Journal, jan. 2004

ISTOÉ. **Entenda como a eleição de Donald Trump pode afetar o Brasil.** Disponível em: <<https://istoe.com.br/entenda-como-a-eleicao-de-donald-trump-pode-afetar-o-brasil/>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2018.

KANT, I. **A paz perpétua.** São Paulo: Vecchi, 1944.

JESUS, Diego Santos Vieira de. **Dissuasão, redução de armas nucleares e defesas antimísseis nos governos Bush e Obama.** Revista Brasileira Política Internacional, 2013.

JOXE, Alain. **L'empire du chaos. Les républiques face à la domination américaine dans l'après-Guerre Froide.** Paris: Éditions La Découverte, 2002

LIMA, Thiago e MENDONÇA, Filipe. **A política comercial dos Estados Unidos no primeiro governo Obama: heranças, estratégias e desafios.** Boletim Meridiano 47 vol. 14, n. 139, set.-out. 2013.

MAIS INFLUENTE. **Os reflexos da eleição de Donald Trump.** Disponível em: <<http://maisinfluyente.com.br/os-reflexos-da-eleicao-de-donald-trump/>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2018.

MOREIRA, Braitner. **Entenda como funciona o sistema eleitoral norte-americano.** Correio Braziliense. Brasília, 2016.

NAVARRO, Roberto. **Como os Estados Unidos viraram a maior potência mundial?** caminho começou a ser construído em 1776. Disponível em: <http://mundoestranho.abril.com.br/historia/como-os-estados-unidos-viraram-a-maior-potencia-mundial>. Acesso em: 19 de maio de 2018.

PECEQUILO, Cristina Soreanu e FORNER, Clarissa Nascimento. **OBAMA E A AMÉRICA LATINA (2009/2016): ESTAGNAÇÃO OU AVANÇOS?** Monções, Revista de Relações Internacionais da UFGD. v.6. n.11. Agosto de 2017.

RICE, Condoleezza, "**Promovendo os interesses nacionais**", *Política Externa*, v. 10, nº 1, jun./jul./ago. 2001 (tradução de Klauss Brandini Gerhardt).

RODRIGUES, Maria das Graças Villela. colaboração e ampliação José Fernando Chagas Madeira, Luiz Eduardo Possídio Santos, Clayton Amaral Domingues. **Metodologia da Pesquisa:** elaboração de projetos, trabalhos acadêmicos e dissertações. 2 ed. 2005. Rio de Janeiro: EsAO, 2005

SOARES, Cláudio. **Choque Global.** Revista Atualidades, Ed 1º Sem 2017. Abril

TERRA. **Entenda como funciona a eleição presidencial nos Estados Unidos.**2008. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/amp/noticias/mundo/estados-unidos/eleicoes/entenda-como-funciona-a-eleicao-presidencial-nos-estados-unidos>> Acesso em: 16 de março de 2018.

VEJA. **Trump aprova orçamento de defesa de US\$ 716 bilhões para os EUA.** Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/trump-aprova-orcamento-de-defesa-de-us-716-bilhoes-para-os-eua/>. Acesso em 21 de agosto de 2018.

VIGEVANI, Tullo e OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. “**A política externa norte-americana em transição: de Clinton a George W. Bush**”, *Política Externa*, v. 10, nº 2, set./out./nov. 2001.

VIANNA, Alexander Martins. **Paradoxos da política externa de Barack Obama.** Revista Espaço Acadêmico. Nº 105. Fev 2010.

WIKIPÉDIA. **Donald Trump.** Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Donald_Trump_20839665>. Acesso em: 23 de janeiro de 2018.